

**DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CADASTRO Nº 1111/2024**  
**PROCESSO Nº 18201.010987/2024.55**

DADOS DO EMPREENDIMENTO											
Nome/Razão Social: <b>RAIMUNDO DA SILVA MORAES</b>				CPF/CNPJ: <b>382.869.982-00</b>							
Nome Fantasia: <b>SÍTIO SANTO ANTONIO</b>				CEP: 69.340-000							
Endereço: VICINAL 08, LOTE 1269, COLONIA DO APIAÚ				Bairro/Distrito: ZONA RURAL							
Telefone: (95) 99164-3542											
Município: MUCAJAI						UF: RR					
E-mail: NÃO INFORMADO											
Forma de ocupação											
Proprietário		Comodato		Cessão de uso		Arrendamento		Área Desapropriada		Outras	
DADOS TÉCNICOS											
Finalidade de uso: ( ) Empreendimentos com solicitação de registro de licença junto ao DNPM (areia, argila, brita, seixo). ( X ) Derivações e captações individuais de águas superficiais; até 1L/s, desde que não exceda 20% da vazão outorgável, no trecho ou na unidade hidrográfica. ( X ) Acumulação de Águas Superficiais; com volume máximo 50.000 m3 ( ) Águas Subterrâneas destinadas exclusivamente ao uso doméstico em área rural. ( X ) Poço amazonas (até 12m). ( ) Poço tubular ou amazonas/cisterna/poço escavado/cacimba com vazão média de até 15 m3 /dia. ( ) Poços incluídos em pesquisa, com caráter exclusivo de estudo.  Resolução CEMACT RR 001/11 m3 /dia. ( X ) apicultura ( X ) olericultura ( X ) bovinocultura ( ) bubalino ( X ) ovino caprinocultura ( X ) fruticultura ( X ) cultivo de grãos ( X ) aquicultura ( X ) avicultura ( X ) suinocultura ( ) equino											
<b>Coordenadas UTM/GEO:</b>				<b>DATA DE LANÇAMENTO NO CNARH: 08/11/2024</b> <b>VENCIMENTO: 08/11/2034</b>							
<b>N:</b> N 2° 40' 8.30"											
<b>W:</b> W 61° 20' 51.50"											
Vazão captada: 0,16 Vazão captada até 3,6 ou 1 litro por segundo, acima dessa vazão será uma Outorga.											



**Em conformidade com o que estabelece a lei N° 547/2006, art. 13, I, II e III e Decreto Estadual n.º 8123-E, de 12 de julho de 2007, art.14-I e II, art. 24, I, II, III e a Lei 547/2006, art. 13 - Independem de outorga, conforme definido em regulamento:**

- I- O uso dos Recursos Hídricos oriundos do armazenamento de águas excedentes dentro das propriedades para abastecimento de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural;
- II- As derivações, captações, acumulações e lançamentos considerados insignificantes por decisão fundamentada dos respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas ou órgão gestor dos Recursos Hídricos, no caso de inexistência de Comitê; e
- III- A utilização dos Recursos Hídricos oriundos do armazenamento de águas excedentes dentro das propriedades rurais a critério do respectivo comitê de bacia, com regulamentação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Roraima (CERH-RR).

Decreto Estadual N.º 8123-E, de 12 de julho de 2007, art. 14 - Independem de outorga da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

I- As derivações e captações de águas superficiais consideradas insignificantes. a) entende-se como uso insignificante as derivações e captações individuais de até 1L/s (um litro por segundo), desde que o somatório não exceda 20% da vazão outorgável, no trecho ou na unidade hidrográfica. II- as Acumulação de Águas Superficiais; com volume máximo 50.000 m<sup>3</sup>.

Art. 24. Está isenta de outorga a captação da água subterrânea destinada exclusivamente ao uso doméstico em área rural e irrigação paisagística, que se enquadrem em um dos seguintes casos: I - poço tubular ou amazonas/cisterna/poço escavado/cacimba com profundidade inferior a 100m (cem metros); II - poço tubular ou amazonas/cisterna/poço escavado/cacimba com vazão média de até 15m<sup>3</sup>/dia (quinze metros cúbicos por dia); III - os poços incluídos em pesquisa, com caráter exclusivo de estudo.  
Parágrafo único. Essas captações deverão obrigatoriamente ser cadastradas e ficarão sujeitas à fiscalização geral da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e da vigilância sanitária, na defesa da saúde pública. O usuário se enquadra legalmente na condição de Uso insignificante, sendo deferida sua regularização junto a FEMARH/RR.

Resolução CEMACT RR N°. 001 de 05 de maio de 2011 dispõe sobre a Isenção de Licenciamento Ambiental para atividades agropecuárias desenvolvidas nas pequenas propriedades rurais ou caracterizadas como Agricultura Familiar e seu Cadastro Ambiental Rural no Estado de Roraima, sendo referente às atividades de: Olericultura  
Bovinocultura  
Bubalinocultura  
Ovinocultura  
Caprinocultura  
Fruticultura  
Aquicultura  
Cultivo de Grãos

Boa Vista, 11 de novembro de 2024.



## HISTÓRICO DE MODIFICAÇÕES

Data e Hora	Usuário	CPF	Campo Alterado	Dado Anterior	Dado Alterado	Motivo de Alteração
21/11/2024 20:30:12	Mariana Alves de Lima	867.066.672-34	Complemento		NULL	ASSINATURA
21/11/2024 20:30:12	Mariana Alves de Lima	867.066.672-34	Email	naoinformado	NÃO INFORMADO	ASSINATURA
21/11/2024 20:30:12	Mariana Alves de Lima	867.066.672-34	Nome/Razão Social	RAIMUNDO DA SILVA MORAES MO	RAIMUNDO DA SILVA MORAES	ASSINATURA
19/11/2024 12:18:28	Mariana Alves de Lima	867.066.672-34	Status	Para a Direção	Em Edição	
16/11/2024 21:20:15	Mariana Alves de Lima	867.066.672-34	Status	Em Edição	Para a Direção	direção
16/11/2024 21:20:15	Mariana Alves de Lima	867.066.672-34	Complemento		NULL	direção
13/11/2024 18:46:09	Marta Cecília M. de Macêdo Henchen	614.734.215-00	Status	Para a Direção	Em Edição	

